



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Judiciária
Especialidade Execução de Mandados

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto que segue.

O poder nuclear e a civilização

Considerando que nosso futuro será, em grande parte, determinado por nossa atitude perante a questão nuclear, é bom nos perguntarmos como chegamos até aqui, com o poder de destruir a civilização. O que isso nos diz sobre quem somos como espécie?

Nossa aniquilação é inevitável ou será que seremos capazes de garantir nossa sobrevivência mesmo tendo em mãos armas de destruição em massa? Infelizmente, armas nucleares são monstros que jamais desaparecerão. Nenhuma descoberta científica “desaparece”. Uma vez revelada, permanece viva, mesmo se condenada como imoral por uma maioria. O pacto que acabamos por realizar com o poder tem um preço muito alto. É irreversível. Não podemos mais contemplar um mundo sem armas nucleares. Sendo assim, será que podemos contemplar um mundo com um futuro?

O medo e a ganância – uma combinação letal – trouxeram-nos até aqui. Por milhares de anos, cientistas e engenheiros serviram o Estado em troca de dinheiro e proteção. Cercamo-nos de inimigos reais ou virtuais e precisamos proteger nosso país e nossos lares a qualquer preço. O patriotismo é o maior responsável pela guerra. Não é à toa que Einstein queria ver as fronteiras abolidas.

Olhamos para o Brasil, os Estados Unidos e a Comunidade Europeia, onde fronteiras são cada vez mais invisíveis, e temos evidência empírica de que a união de Estados sem fronteiras leva à estabilidade e à sobrevivência. A menos que as coisas mudem profundamente, é difícil ver essa estabilidade ameaçada. Será, então, que a solução – admito, extremamente remota – é um mundo sem fronteiras, uma sociedade de fato globalizada e economicamente integrada? Ou será que existe outro modo de garantir nossa sobrevivência a longo prazo com mísseis e armas nucleares apontando uns para os outros, prontos a serem detonados? O que você diz?

(Adaptado de Marcelo Gleiser, **Folha de S. Paulo**, 18/04/2010)

1. Entre as razões que podem sustentar uma posição pessimista, no que toca ao futuro de uma civilização com o poder de se destruir, estão
 - (A) a globalização político-econômica e o aferrado sentimento patriótico.
 - (B) a inevitabilidade de uma detonação nuclear e o protecionismo econômico.
 - (C) a permanência inexorável das armas nucleares e a exacerbação do patriotismo.
 - (D) a desintegração econômica dos Estados e o desejo de se abolirem as fronteiras.
 - (E) o pacto com o poder a qualquer preço e a iminência de uma globalização econômica.
2. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. Diante da questão das fronteiras entre os Estados, a posição do autor do texto e a de Einstein, uma vez confrontadas, acusam uma séria divergência.
 - II. A indagação anterior a *O que você diz?* é um exemplo de pergunta retórica.
 - III. O autor não isenta cientistas e engenheiros da responsabilidade pelas consequências do emprego do poder nuclear, mas não os vincula às razões de Estado.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

 - (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.
3. Ao considerar que *Nenhuma descoberta científica “desaparece”*, o autor sugere que
 - (A) as evidências do progresso da ciência são tantas que não temos razões para colocá-lo em questão.
 - (B) nada se extingue no campo da ciência porque tudo obedece ao princípio básico da transformação.
 - (C) os cientistas têm razões éticas para alterar o rumo de descobertas que lhes pareçam nocivas.
 - (D) a ciência implica acumulação e preservação, e não o descarte das suas descobertas.
 - (E) a ciência, em seu processo de desenvolvimento, é imune à ingerência do poder político.



4. *Nossa aniquilação é inevitável ou será que seremos capazes de garantir nossa sobrevivência mesmo tendo em mãos armas de destruição em massa?*

Na frase acima,

- (A) **mesmo as tendo em mãos** é correta alternativa de construção, com emprego pronominal.
- (B) o termo *ou* expressa uma alternância repetitiva.
- (C) o segmento *mesmo tendo* pode ser corretamente substituído por **desde que tenhamos**.
- (D) **ou será que a seremos capazes de garantir** é correta alternativa de construção, com emprego pronominal.
- (E) o segmento *Nossa aniquilação é inevitável* pode ser substituído pelo equivalente **nossa conflagração é irreduzível**.

5. Está adequada a concordância verbal nesta construção:

- (A) nem negligência, nem incúria: a combinação letal do medo e da ganância trouxeram-nos até aqui.
- (B) dizem muito, sobre nós e nossa espécie, o que nos fez chegar até aqui?
- (C) diante do inimigo, real ou virtual, lançam-se mão dos recursos nucleares.
- (D) são cada vez mais difíceis considerar como permanentes as fronteiras entre os Estados.
- (E) repousa nas providências que levem a Estados sem fronteiras a expectativa de que sobrevivamos.

6. Está INADEQUADA a correlação entre os tempos e modos verbais nesta reconstrução de uma frase do texto:

- (A) Cercar-nos-íamos de inimigos reais ou virtuais e precisaríamos proteger nosso país.
- (B) O pacto que acabássemos por realizar com o poder teria um preço muito alto.
- (C) A menos que as coisas venham a mudar profundamente, será difícil ver essa estabilidade ameaçada.
- (D) Tivesse sido assim, será que possamos contemplar um mundo com futuro?
- (E) Teria sido bom se nos houvéssimos perguntado como chegamos até aqui.

7. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:

- (A) Não adiantam nem o otimismo nem o pessimismo: o que urge é tomarmos providências no sentido de se dirimir nossa divisão em países com fronteiras.
- (B) Uma das denúncias do texto constitui de fato um alerta: que não se tome como reversível qualquer conquista a que a ciência chegue a alcançar.
- (C) Para Albert Einstein, uma medida radical e responsável para se evitar a calamidade de uma guerra nuclear seria, pura e simplesmente, a abolição das fronteiras.
- (D) Conquanto não tenham em vista essa mesma finalidade, muitos cientistas e engenheiros acabam servindo aos artifícios excusos de quem lucra com a ganância.
- (E) Quanto mais os estados consigam se unir a despeito das fronteiras, assim também haverá a evidência empírica de que sejam levados à estabilidade e à sobrevivência.

8. Indica-se uma construção com sentido equivalente ao de um segmento do texto em:

- (A) *Não é à toa que Einstein queria ver as fronteiras abolidas // Com toda a razão, Einstein desejava ver abolidas as fronteiras.*
- (B) *Será, então, que a solução – admito, extremamente remota – é um mundo sem fronteiras (...) ? // A solução, pois, advirá – digamos que a longo prazo – de um mundo não demarcado?*
- (C) *O medo e a ganância – uma combinação letal – trouxeram-nos até aqui // Por uma combinação mortal, aportamos no medo e na ganância.*
- (D) *Uma vez revelada, permanece viva, mesmo se condenada como imoral por uma maioria // Conquanto revelada, resta viva, embora acusada de imoral pela maioria.*
- (E) *O pacto que acabamos por realizar com o poder tem um preço muito alto // O que já terminamos de pactuar com o poder tem custo muito alto.*

Atenção: As questões de números 9 a 15 referem-se ao texto que segue.

Pensando os clássicos

Os pensadores da antiguidade clássica deixaram-nos um tesouro nem sempre avaliado em sua justa riqueza. O filósofo Sêneca, por exemplo, mestre da corrente estoica, legou-nos uma série preciosa de reflexões sobre a tranquilidade da alma – este é o título da tradução para o português. É ler o livrinho com calma e aprender muito. Reproduzo aqui três fragmentos, para incitar o leitor a ir atrás de todo o restante.

- I. *Quem temer a morte nunca fará nada em prol dos vivos; mas aquele que tomar consciência de que sua sorte foi estabelecida já na sua concepção viverá de acordo com a natureza, e saberá que nada do que lhe suceda seja imprevisto. Pois, prevendo tudo quanto possa de fato vir a suceder, atenuará o impacto de todos males, que são fardos somente para os que se creem seguros e vivem na expectativa da felicidade absoluta.*
- II. *Algumas pessoas vagam sem propósito, buscando não as ocupações a que se propuseram, mas entregando-se àquelas com que deparam ao acaso. A caminhada lhes é irrefletida e vã, como a das formigas que trepam nas árvores e, depois de subir ao mais alto topo, descem vazias à terra.*
- III. *Nossos desejos não devem ser levados muito longe; permitamos-lhes apenas sair para as proximidades, porque não podem ser totalmente reprimidos. Abandonando aquilo que não pode acontecer ou dificilmente pode, sigamos as coisas próximas que favorecem nossa esperança (...). E não invejemos os que estão mais alto: o que parece altura é precipício.*

São princípios do estoicismo: aprender a viver sabendo da morte; não se curvar ao acaso, mas definir objetivos; viver com a consciência dos próprios limites. Nenhum deles é fácil de seguir, nem Sêneca jamais acreditou que seja fácil viver. Mas a sabedoria dos estoicos, que sabem valorizar o que muitos só sabem temer, continua viva, dois mil anos depois.

(Belarmino Serra, inédito)



9. No primeiro e no último parágrafos, o autor do texto busca, respectivamente,
- (A) particularizar a contribuição de Sêneca e resumir teses de outros filósofos da mesma época.
 - (B) apresentar linhas gerais do pensamento estoico e resumir três teses de Sêneca.
 - (C) valorizar a atualidade da filosofia estoica e ressaltar os aspectos místicos dessa doutrina.
 - (D) destacar a contribuição do pensamento de Sêneca e enunciar alguns fundamentos estoicos.
 - (E) contextualizar os filósofos estoicos e repropor teses que derivam dessa filosofia.
-
10. Atente para as seguintes afirmações:
- I. No fragmento I, Sêneca vê como injustificável e inconsequente nosso medo de morrer, pois isso nos leva a não confiar nas surpresas positivas da vida.
 - II. No fragmento II, Sêneca vale-se do exemplo das formigas para ilustrar o malogrado esforço de quem busca reconhecimento para suas virtudes.
 - III. No fragmento III, Sêneca lembra que a esperança humana deve estar associada a desejos que não extrapolem nossas possibilidades.
- Está correto APENAS o que se afirma em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.
-
11. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
- (A) *avaliado em sua justa riqueza* = examinado judiciosamente.
 - (B) *sua sorte foi estabelecida já na sua concepção* = desde o início seu destino foi malogrado.
 - (C) *A caminhada lhes é irrefletida* = o caminho parece-lhes sem sentido.
 - (D) *não podem ser totalmente reprimidos* = não são passíveis de absoluta prevenção.
 - (E) *que favorecem nossa esperança* = que permitem sermos esperançosos.
-
12. As normas de concordância verbal estão plenamente acatadas na frase:
- (A) Não devem os leitores de hoje imaginar que cabiam aos filósofos antigos preocupar-se com questões que já não fazem sentido.
 - (B) Leitores de hoje, não devemos imaginar que a um filósofo clássico ocorressem tão somente questões específicas de sua época histórica.
 - (C) Nenhum de nossos desejos, de acordo com Sêneca, deveriam transpor nossos limites, fronteiras que se deve sempre determinar.
 - (D) A cada um dos princípios do estoicismo devem corresponder, como se postulavam entre os estoicos, lúcida e consequente iniciativa nossa.
 - (E) Àqueles que não temem refletir sobre a morte reserva-se as recompensas de uma vida mais lúcida e mais intensa.
-
13. A construção que NÃO admite transposição para voz passiva é:
- (A) *os que vivem na expectativa da felicidade absoluta.*
 - (B) *Os pensadores da antiguidade clássica deixaram-nos um tesouro.*
 - (C) *sigamos as coisas próximas*
 - (D) *E não invejemos os que estão mais alto*
 - (E) *favorecem nossa esperança.*
-
14. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) O pensamento clássico encerra uma riqueza em cujo valor poucos prestam o devido reconhecimento.
 - (B) A morte, cujo o temor nos faz querer esquecer dela, é uma questão permanente da filosofia estoica.
 - (C) Quase nunca atentamos para os limites a que devemos impor aos nossos desejos.
 - (D) Nossas esperanças não devem projetar-se para além do espaço cujo domínio estamos assegurados.
 - (E) Quem vagueia sem propósito pela vida fere um dos princípios de que os estoicos jamais descumam.



15. É preciso CORRIGIR, por falha estrutural, a redação da frase:
- (A) Não empreendamos caminhadas sem primeiro definir o trajeto a seguir, o esforço a despender, os objetivos a alcançar.
- (B) Temerárias são as jornadas que mal definimos seus objetivos, assim como não avaliamos o esforço cujo trajeto nos exigirá.
- (C) Quando não definimos o trajeto a cumprir e o esforço a despender em nossa caminhada, ela não nos trará qualquer recompensa.
- (D) Dificilmente algum objetivo será alcançado numa caminhada para a qual não previmos um roteiro a ser seguido com segurança.
- (E) Nenhum benefício poderemos colher de uma viagem para a qual não nos preparamos com um mínimo de cuidados e de antecedência.

Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático

16. A tabela abaixo apresenta as frequências das pessoas que participaram de um programa de recuperação de pacientes, realizado ao longo de cinco dias sucessivos.

	1º dia	2º dia	3º dia	4º dia	5º dia
Quantidade de pessoas presentes	79	72	75	64	70

Considerando que cada um dos participantes faltou ao programa em exatamente 2 dias, então, relativamente ao total de participantes, a porcentagem de pessoas que faltaram no terceiro dia foi

- (A) 40%.
- (B) 38,25%.
- (C) 37,5%.
- (D) 35,25%.
- (E) 32,5%.
17. Certo dia, Zelda e Gandi, funcionários de certa unidade do Tribunal Regional do Trabalho, receberam alguns processos para emitir pareceres e os dividiram entre si na razão inversa de suas respectivas idades: 28 e 42 anos. Considerando que, na execução dessa tarefa, a capacidade operacional de Gandi foi 80% da de Zelda e que ambos a iniciaram em um mesmo horário, trabalhando ininterruptamente até completá-la, então, se Gandi levou 2 horas e 10 minutos para terminar a sua parte, o tempo que Zelda levou para completar a dela foi de
- (A) 1 hora e 24 minutos.
- (B) 1 hora e 38 minutos.
- (C) 1 hora e 52 minutos.
- (D) 2 horas e 36 minutos.
- (E) 2 horas e 42 minutos.

18. Para estabelecer uma relação entre os números de funcionários de uma unidade do Tribunal Regional do Trabalho, que participaram de um curso sobre *Controle e Prevenção de Doenças*, foi usada a expressão: $\frac{h}{m} = 3 - \frac{1}{3 - \frac{1}{3 - \frac{1}{3}}}$, em que h e m representam as quantidades de homens e de mulheres, respectivamente. Sabendo que o total de participantes do curso era um número compreendido entre 100 e 200, é correto afirmar que:
- (A) $h + m = 158$
- (B) $h - m = 68$
- (C) $70 < h < 100$
- (D) $50 < m < 70$
- (E) $m \cdot h < 4\,000$

19. Considere o conjunto:

$X = \{\text{trem, subtropical, findar, fim, preguiça, enxoval, chaveiro, ...}\}$, em que todos os elementos têm uma característica comum.

Das palavras seguintes, a única que poderia pertencer a X é:

- (A) PELICANO.
- (B) FORMOSURA.
- (C) SOBRENATURAL.
- (D) OVO.
- (E) ARREBOL.
20. Em um ambulatório há um armário fechado com um cadeado cujo segredo é um número composto de 6 dígitos. Necessitando abrir tal armário, um funcionário não conseguia lembrar a sequência de dígitos que o abriria; lembrava apenas que a soma dos dígitos que ocupavam as posições pares era igual à soma dos dígitos nas posições ímpares.
- As alternativas que seguem apresentam sequências de seis dígitos, em cada uma das quais estão faltando dois dígitos. A única dessas sequências que pode ser completada de modo a resultar em um possível segredo para o cadeado é:
- (A) 9 2 _ _ 6 2
- (B) 7 _ 7 _ 7 1
- (C) 6 _ 9 0 _ 5
- (D) 4 8 _ 9 _ 7
- (E) 2 6 4 _ 8 _

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Processual do Trabalho**

21. No recurso ordinário, o efeito devolutivo em profundidade, transfere automaticamente ao Tribunal a apreciação de fundamento da defesa não examinado pela sentença,
- (A) desde que renovado em contra-razões, não se aplicando, todavia, ao caso de pedido não apreciado na sentença.
 - (B) ainda que não renovado em contra-razões, não se aplicando, todavia, ao caso de pedido não apreciado na sentença.
 - (C) ainda que não renovado em contra-razões, aplicando-se, inclusive, ao caso de pedido não apreciado na sentença.
 - (D) desde que renovado em contra-razões e apreciado na sentença, bastando a apreciação na fundamentação.
 - (E) desde que renovado em contra-razões, apreciado na sentença com manifestação expressa no relatório e na fundamentação.
22. Considere as seguintes assertivas a respeito dos Embargos:
- I. Não cabem Embargos para a Seção de Dissídios Individuais de decisão de Turma que não conhece de agravo pela ausência de pressupostos extrínsecos.
 - II. No Tribunal Superior do Trabalho, em regra, cabem Embargos das decisões das Turmas que divergirem entre si.
 - III. Cabem Embargos para a Seção de Dissídios Individuais de decisão de Turma proferida em agravo que vise impugnar o conhecimento de agravo de instrumento.
 - IV. Incabível Embargo para reexame de fatos e provas.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) II e IV.
 - (B) I, II e III.
 - (C) III e IV.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) I, II e IV.
23. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, tratando-se de prestações sucessivas por tempo indeterminado, a execução compreenderá inicialmente as prestações devidas até
- (A) a data do ingresso na execução.
 - (B) seis meses após o trânsito em julgado da sentença.
 - (C) a data do ajuizamento da reclamação trabalhista.
 - (D) a data do trânsito em julgado da sentença.
 - (E) a data da publicação da sentença de primeiro grau ou da data da publicação de acórdão, se concessivo.
24. Na execução da sentença proferida na reclamação trabalhista X, João arrematou um apartamento na cidade de Santos-SP. Para garantir o lance, João deu sinal correspondente a 20% do seu valor. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, João deverá pagar o preço da arrematação dentro de
- (A) cinco dias, sob pena de perder, em benefício da execução, todo o sinal, voltando à praça o imóvel arrematado.
 - (B) quarenta e oito horas, sob pena de perder, em benefício da execução, metade do sinal, voltando à praça o imóvel arrematado.
 - (C) vinte e quatro horas, sob pena de perder, em benefício da execução, todo o sinal, voltando à praça o imóvel arrematado.
 - (D) dez dias, sob pena de perder, em benefício da execução, metade do sinal, voltando à praça o imóvel arrematado.
 - (E) trinta dias, sob pena de perder, em benefício da execução, todo o sinal, voltando à praça o imóvel arrematado.
25. Os Embargos
- (A) à execução terão sua oposição condicionada à garantia prévia do juízo.
 - (B) de terceiro possuem natureza jurídica de ação incidental, devendo ser utilizados obrigatoriamente no processo de execução.
 - (C) de terceiro devem ser opostos em até dez dias depois da arrematação, adjudicação ou remição, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta.
 - (D) de terceiro podem ser contestados no prazo de quinze dias, podendo o juiz, se achar necessário, realizar audiência de instrução.
 - (E) à execução permitem a discussão de matéria ampla, com alegações irrestritas, desde que juridicamente possíveis, tendo em vista a observância do princípio da ampla defesa.
26. Em regra, tratando-se de ação rescisória,
- (A) se ocorrer revelia nesta ação, reputarão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor, produzindo-se a confissão.
 - (B) se a decisão rescindenda é homologatória de acordo, é possível a sua desconstituição calcada no dolo processual, ou seja, no dolo da parte vencedora em detrimento da vencida.
 - (C) a parte que propuser a referida ação deverá efetuar, como pressuposto para a sua propositura, o depósito de 30% do valor da causa, a título de multa.
 - (D) é cabível tal ação para impugnar decisão homologatória de adjudicação ou arrematação, desde que presentes os requisitos essenciais previstos no Código de Processo Civil.
 - (E) não é documento novo apto a viabilizar a desconstituição de julgado sentença normativa proferida ou transitada em julgado posteriormente à sentença rescindenda.



27. Considere as seguintes assertivas a respeito da revisão da sentença normativa:
- I. A revisão de sentença normativa poderá ser promovida por iniciativa do Tribunal prolator, do Ministério Público do Trabalho, dos sindicatos ou de empregador ou empregadores interessados no cumprimento da decisão.
 - II. Decorrido mais de seis meses de sua vigência, caberá revisão das decisões que fixarem condições de trabalho, quando tiverem sido modificadas as circunstâncias que as ditaram.
 - III. No pedido de revisão não é possível o acréscimo de novas condições de trabalho que não foram objeto do dissídio originário.
 - IV. A revisão será julgada pelo tribunal que tiver proferido a decisão, depois de ouvido o Ministério Público do Trabalho.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) III e IV.
 - (B) I, II e III.
 - (C) I e III.
 - (D) I, III e IV.
 - (E) I, II e IV.
28. De acordo com o artigo 820 da Consolidação das Leis do Trabalho: *“as partes e testemunhas serão inquiridas pelo juiz, podendo ser reinquiridas, por seu intermédio, a requerimento das partes, seus representantes ou advogados”* e de acordo com o artigo 342 do Código de Processo Civil: *“o juiz pode, de ofício, em qualquer estado do processo, determinar o comparecimento pessoal das partes, a fim de interrogá-las sobre os fatos da causa”*. Nestes artigos, está presente, especificamente o princípio
- (A) da instrumentalidade ou finalidade.
 - (B) da imparcialidade do juiz.
 - (C) do devido processo legal.
 - (D) da normatização coletiva.
 - (E) da imediatidade ou imediação.
29. Para a instauração do inquérito para apuração de falta grave contra empregado garantido com estabilidade, o empregador apresentará reclamação por escrito à Vara do Trabalho ou Juízo de Direito, dentro de
- (A) trinta dias, contados da data da suspensão do empregado, cabendo a cada parte apresentar até três testemunhas.
 - (B) trinta dias, contados da data da suspensão do empregado, cabendo a cada parte apresentar até seis testemunhas.
 - (C) sessenta dias, contados da data da suspensão do empregado, cabendo a cada parte apresentar até seis testemunhas.
 - (D) sessenta dias, contados da data da suspensão do empregado, cabendo a cada parte apresentar até três testemunhas.
 - (E) noventa dias, contados da data da prática da falta grave pelo empregado estável, cabendo a cada parte apresentar até seis testemunhas.
30. Na reclamação trabalhista X, a autarquia municipal Flor foi vencida e condenada em primeira instância ao pagamento do valor líquido de R\$ 70.000,00. Na reclamação trabalhista Y, a fundação pública federal Terra, que não explora atividade econômica, também foi vencida e condenada em primeira instância ao pagamento do valor líquido de R\$ 90.000,00. Nestes casos, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) somente a autarquia municipal Flor é isenta do pagamento de custas, devendo a fundação pública federal Terra depositar R\$ 900,00, a título de custas, para interposição de recurso ordinário.
 - (B) somente a autarquia municipal Flor é isenta do pagamento de custas, devendo a fundação pública federal Terra depositar R\$ 1.800,00, a título de custas, para interposição de recurso ordinário.
 - (C) somente a fundação pública federal Terra é isenta do pagamento de custas, devendo a autarquia municipal Flor depositar R\$ 1.400,00, a título de custas, para interposição de recurso ordinário.
 - (D) tanto a autarquia municipal Flor como a fundação pública federal Terra são isentas do pagamento de custas.
 - (E) não há isenção de custas, devendo a autarquia municipal Flor depositar R\$ 1.400,00 e a fundação pública federal Terra depositar R\$ 1.800,00, a título de custas, para interposição dos respectivos recursos ordinários.
- Direito do Trabalho**
31. Empregado que trabalha durante o período de aviso prévio sem a redução de jornada de trabalho prevista na legislação terá direito ao pagamento de
- (A) novo aviso prévio com caráter salarial, com todas as repercussões específicas, exceto a projeção no contrato de trabalho deste novo período, possuindo caráter salarial.
 - (B) novo aviso prévio com caráter indenizatório, com todas as repercussões específicas, incluindo a projeção no contrato de trabalho deste novo período.
 - (C) novo aviso prévio com caráter indenizatório, porém sem as repercussões específicas, ocorrendo apenas novo pagamento correspondente aos trinta dias.
 - (D) uma indenização correspondente ao valor em dobro do aviso prévio fornecido e não cumprido regularmente, possuindo nítido caráter indenizatório.
 - (E) uma indenização correspondente ao valor do aviso prévio fornecido e não cumprido regularmente, acrescido de cinquenta por cento do seu valor, possuindo nítido caráter indenizatório.
32. Joana está gozando regularmente de suas férias. João não está trabalhando neste domingo tendo em vista que laborou regularmente nos demais dias da semana. Vitória está ausente de seus serviços em razão do nascimento de seu filho. Moisés foi eleito para o cargo de diretor não permanecendo a subordinação jurídica inerente à relação de emprego e Jair está afastado de seu emprego para exercer cargo público não obrigatório. Nestes casos, consideram-se suspensos APENAS os contratos de trabalho de
- (A) Joana, Moisés e Jair.
 - (B) Joana, João e Vitória.
 - (C) Joana e Moisés.
 - (D) Moisés e Jair.
 - (E) Vitória e Jair.



33. Considere as seguintes assertivas a respeito das atividades insalubres:

- I. A fixação do adicional de periculosidade, em percentual inferior ao legal e proporcional ao tempo de exposição ao risco, é ilegal e não deve ser respeitada, inclusive se pactuada em acordos ou convenções coletivas.
- II. Para efeito do adicional de insalubridade, a perícia judicial, em reclamação trabalhista, não dispensa o enquadramento da atividade entre as insalubres.
- III. O trabalho executado em condições insalubres em caráter intermitente não afasta, só por essa circunstância, o direito à percepção do respectivo adicional.
- IV. O adicional de insalubridade, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, é devido de acordo com os graus de insalubridade máximo, médio ou mínimo, nas porcentagens de 30%, 20% e 10%, respectivamente.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I e II.

34. João celebrou contrato de experiência de 60 dias com a empresa SOL sem cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão. Durante o referido contrato, João, insatisfeito com suas tarefas diárias, requereu a rescisão antecipada deste contrato. Neste caso, considerando que não há justa causa presente na rescisão, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, João

- (A) será obrigado a indenizar a empresa SOL dos prejuízos decorrentes desta rescisão, limitados a 80% da remuneração que João teria direito até o término do contrato.
- (B) será obrigado a indenizar a empresa SOL dos prejuízos decorrentes desta rescisão, limitados à remuneração total a que João teria direito até o término do contrato.
- (C) não terá que indenizar a empresa SOL, tendo em vista que a rescisão antecipada a requerimento do empregado é permitida pela legislação competente.
- (D) será obrigado a indenizar a empresa SOL no montante fixo e estipulado pela Consolidação das Leis do Trabalho de três salários mínimos vigentes na data da rescisão.
- (E) será obrigado a indenizar a empresa SOL dos prejuízos decorrentes desta rescisão, limitados à metade da remuneração a que João teria direito até o término do contrato.

35. À Caixa Econômica Federal caberá, na qualidade de agente operador, dentre outras obrigações,

- (A) elaborar as análises jurídica e econômico-financeira dos projetos de habitação popular, infraestrutura urbana e saneamento básico, a serem financiados com recursos do FGTS.
- (B) praticar todos os atos necessários à gestão da aplicação do FGTS, de acordo com as diretrizes e programas estabelecidos pelo Conselho Curador.
- (C) submeter à apreciação do Conselho Curador as contas do FGTS.
- (D) subsidiar o Conselho Curador com estudos técnicos necessários ao aprimoramento operacional dos programas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana.
- (E) expedir atos normativos relativos à alocação dos recursos para implementação dos programas aprovados pelo Conselho Curador.

36. Considere as seguintes assertivas a respeito da estabilidade provisória do dirigente sindical:

- I. O empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical só goza de estabilidade se exercer na empresa atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente.
- II. Havendo extinção da atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato, a estabilidade do respectivo dirigente sindical subsistirá em razão da proteção garantida pela legislação.
- III. O registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período de aviso prévio, ainda que indenizado, não lhe assegura a estabilidade.
- IV. Em regra, é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do momento de sua candidatura a cargo de direção até um ano após o final de seu mandato, se eleito, inclusive, como suplente.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I e II.
- (C) I, III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) III e IV.

37. Adailson é empregado da empresa Brasil e trabalha regularmente em regime de tempo parcial. Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a

- (A) vinte e duas horas semanais, podendo o empregado sob este regime prestar horas extras.
- (B) vinte e cinco horas semanais, podendo o empregado sob este regime prestar horas extras.
- (C) quinze horas semanais, devendo o salário de Adailson ser proporcional à sua jornada, em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral.
- (D) quinze horas semanais, sendo vedado ao empregado sob este regime prestar horas extras.
- (E) vinte e cinco horas semanais, devendo o salário de Adailson ser proporcional à sua jornada, em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral.



38. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, as Comissões de Conciliação Prévia

- (A) instituídas no âmbito da empresa terão 1/3 de seus membros indicados pelo empregador, em escrutínio, secreto, fiscalizado pelo sindicato da categoria profissional.
- (B) instituídas no âmbito da empresa serão compostas de, no mínimo, dois e, no máximo, dez membros, com mandato de um ano, permitida uma recondução.
- (C) têm prazo de quinze dias para a realização da sessão de tentativa de conciliação, a partir da provocação do interessado.
- (D) devem possuir caráter intersindical, sendo vedada a constituição por grupos de empresas.
- (E) são órgãos administrativos cujo objetivo é a tentativa de conciliação entre empregados e empregadores, sendo que o seu termo de conciliação não possui caráter de título executivo extrajudicial.

39. Determinado acordo coletivo previu multa normativa para o descumprimento de obrigação prevista em lei, tratando-se de mera repetição de texto legal. Neste caso, a multa normativa

- (A) não é aplicável, tendo em vista que está prevista em acordo coletivo e não em convenção coletiva.
- (B) não é aplicável, tendo em vista a vedação legal existente.
- (C) é aplicável.
- (D) não é aplicável, tendo em vista a aplicação do princípio da norma mais favorável.
- (E) não é aplicável, tendo em vista a aplicação do Princípio da Proteção.

40. João trabalha na empresa X das 22:00 às 5:00 horas, sendo que, às vezes, estende a sua jornada de trabalho até às 8 horas; não possui qualquer acordo de compensação de horas laboradas. Tendo em vista que João cumpre jornada de trabalho noturna, tem diversos direitos trabalhistas, dentre eles

- (A) o pagamento de adicional noturno não inferior a 20% sobre a hora diurna, sendo que este adicional integra a base de cálculo das horas extras prestadas no período noturno.
- (B) a hora do trabalho noturno reduzida e computada como de 50 minutos e 30 segundos.
- (C) o pagamento de adicional noturno não inferior a 30% sobre a hora diurna, sendo que este adicional integra a base de cálculo das horas extras prestadas no período noturno.
- (D) a hora do trabalho noturno reduzida e computada como de 55 minutos e 15 segundos.
- (E) o pagamento de adicional noturno não inferior a 30% sobre a hora diurna, sendo que este adicional não integrará a base de cálculo das horas extras prestadas no período noturno.

Direito Processual Civil

41. Quanto à substituição das partes e procuradores, é correto afirmar:

- (A) O cessionário de coisa ou direito litigioso poderá ingressar em juízo substituindo o cedente, sem que o consinta a parte contrária.
- (B) O adquirente de coisa ou direito litigioso poderá ingressar em juízo, substituindo o alienante, sem que o consinta a parte contrária.
- (C) Na alienação de coisa ou direito litigioso, a sentença proferida entre as partes originárias estende seus efeitos ao adquirente ou cessionário.
- (D) A morte de qualquer das partes implicará extinção do processo.
- (E) A substituição voluntária das partes, no curso do processo, poderá ocorrer em qualquer situação, ainda que não prevista em lei.

42. Quando o credor exigir de um ou de alguns dos devedores solidários, parcial ou totalmente, a dívida comum, é

- (A) admissível a nomeação à autoria dos demais devedores solidários.
- (B) obrigatória a nomeação à autoria dos demais devedores solidários.
- (C) admissível a denunciação da lide a qualquer dos devedores solidários.
- (D) admissível o chamamento ao processo de todos os devedores solidários.
- (E) obrigatória a denunciação da lide aos demais devedores solidários.

43. A respeito da competência, é INCORRETO afirmar:

- (A) Nas ações fundadas em direito real sobre imóveis, pode o autor optar pelo foro de eleição quando o litígio versar sobre posse.
- (B) Quando o réu não tiver domicílio nem residência no Brasil, a ação fundada em direito pessoal será proposta no domicílio do autor.
- (C) Para a ação em que se pedem alimentos, é competente o foro do domicílio ou residência do alimentando.
- (D) Para a ação de anulação de títulos extraviados ou destruídos, é competente o foro do domicílio do devedor.
- (E) Para a ação em que for ré a sociedade que carece de personalidade jurídica, é competente o foro do lugar onde exerce a sua atividade principal.



<p>44. A respeito do pedido, como requisito da petição inicial da ação ordinária, considere:</p> <p>I. É vedada a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, se entre eles não houver conexão.</p> <p>II. Os pedidos são interpretados restritivamente, compreendendo-se, no entanto, no principal os juros legais.</p> <p>III. Não é lícito ao autor formular pedido genérico quando a determinação do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.</p> <p>IV. O pedido deve ser único, não sendo lícito ao autor formular mais de um pedido em ordem sucessiva, a fim de que o juiz conheça do posterior, em não podendo acolher o anterior.</p> <p>Está correto o que consta SOMENTE em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) III e IV.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) II.</p>	<p>47. De acordo com o Código de Processo Civil, a ação rescisória</p> <p>(A) não pode ser proposta pelo terceiro juridicamente interessado.</p> <p>(B) pode fundar-se em erro de fato, resultante de atos ou de documentos da causa.</p> <p>(C) não pode ser proposta pelo Ministério Público.</p> <p>(D) só pode ser proposta até 5 anos após o trânsito em julgado da decisão.</p> <p>(E) o prazo para contestação será fixado pelo relator, não podendo ser inferior a dez, nem superior a sessenta dias.</p>
<p>45. A respeito da revelia, é correto afirmar:</p> <p>(A) Se, havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor para aqueles que não apresentarem contestação.</p> <p>(B) Se ocorrer a revelia, o autor não poderá alterar o pedido, mas poderá alterar a causa de pedir, independentemente de nova citação.</p> <p>(C) Contra o revel que não tenha patrono nos autos, os prazos correrão, independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório.</p> <p>(D) O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, sendo-lhe lícito apresentar contestação, ainda que fora do prazo legal.</p> <p>(E) Se ocorrer a revelia, o autor poderá demandar declaração incidente, independentemente de nova citação.</p>	<p>48. Proposta a ação monitória, estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz deferirá de plano a expedição de mandado de pagamento ou de entrega da coisa no prazo de 15 dias. Nesse caso,</p> <p>(A) cumprindo o réu o mandado, ficará isento do pagamento dos honorários advocatícios do advogado do autor, arcando apenas com as custas processuais.</p> <p>(B) cumprindo o réu o mandado, ficará isento de custas, arcando apenas com os honorários advocatícios do advogado do autor.</p> <p>(C) o oferecimento de embargos pelo réu depende de prévia garantia do juízo, mediante depósito ou oferta de bens à penhora.</p> <p>(D) poderá o réu oferecer embargos, que serão processados em autos apartados, pelo procedimento sumário.</p> <p>(E) poderá o réu oferecer embargos, que suspenderão a eficácia do mandado inicial.</p>
<p>46. No que concerne à prova testemunhal, são impedidos de depor, dentre outros, os</p> <p>(A) condenados por crime de falso testemunho, havendo transitado em julgado a sentença.</p> <p>(B) que tiverem interesse no litígio.</p> <p>(C) amigos íntimos da parte.</p> <p>(D) descendentes de alguma das partes em qualquer grau.</p> <p>(E) que, por seus costumes, não forem dignos de fé.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Constitucional</p> <p>49. O princípio determinando que o extraditado somente pode ser processado e julgado pelo país estrangeiro em face do delito objeto do pedido de extradição é classificado de</p> <p>(A) moralidade.</p> <p>(B) especialidade.</p> <p>(C) publicidade.</p> <p>(D) eficiência.</p> <p>(E) intervenção.</p> <p>50. Sobre o controle de constitucionalidade, NÃO é espécie de controle concentrado a ação classificada como</p> <p>(A) direta de inconstitucionalidade por omissão.</p> <p>(B) direta de inconstitucionalidade genérica.</p> <p>(C) direta de inconstitucionalidade interventiva.</p> <p>(D) direta de constitucionalidade objetiva.</p> <p>(E) declaratória de constitucionalidade.</p>



<p>51. A decisão que julgar improcedente o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental é</p> <p>(A) irrecurável, não podendo ser objeto de ação rescisória.</p> <p>(B) recorrível por recurso ordinário ao Pleno do Supremo Tribunal Federal, não podendo ser objeto de ação rescisória.</p> <p>(C) recorrível por agravo regimental ao Pleno do Supremo Tribunal Federal, não podendo ser objeto de ação rescisória.</p> <p>(D) recorrível por recurso ordinário ao Pleno do Supremo Tribunal Federal, podendo ser objeto de ação rescisória.</p> <p>(E) recorrível por agravo interno ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, que decidirá monocraticamente, podendo ser objeto de ação rescisória.</p>	<p>54. Tendo em vista as atribuições do Superior Tribunal de Justiça, NÃO é de sua competência processar e julgar originariamente, entre outras,</p> <p>(A) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.</p> <p>(B) os mandados de segurança contra atos dos Ministros de Estado ou do próprio Tribunal.</p> <p>(C) os <i>habeas corpus</i>, quando o coator ou paciente for Comandante da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.</p> <p>(D) nos crimes comuns e nos de responsabilidade, os membros dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho.</p> <p>(E) os conflitos de jurisdição entre autoridades administrativas e judiciárias da União.</p>
<p>52. No que se refere ao procedimento de aprovação de Súmulas por parte do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que, dentre outras situações,</p> <p>(A) o <i>quorum</i> para a decisão da aprovação da Súmula será de maioria simples dos Ministros presentes.</p> <p>(B) não cabe revisão ou cancelamento da Súmula, após ter sido editada.</p> <p>(C) a aprovação da Súmula só pode ser iniciada por provocação da parte ativa ou passiva.</p> <p>(D) o efeito vinculante da Súmula se limita aos demais órgãos do Poder Judiciário.</p> <p>(E) o efeito vinculante da Súmula se estende também à administração pública direta e indireta na esfera municipal.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Administrativo</p> <p>55. Analise as seguintes assertivas acerca dos princípios básicos da Administração Pública:</p> <p>I. O princípio da eficiência, introduzido pela Emenda Constitucional nº 19/1998, é o mais moderno princípio da função administrativa e exige resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros.</p> <p>II. Todo ato administrativo deve ser publicado, só se admitindo sigilo nos casos de segurança nacional, investigações policiais, ou interesse superior da Administração a ser preservado em processo previamente declarado sigiloso.</p> <p>III. Quanto ao princípio da motivação, não se admite a chamada motivação <i>aliunde</i>, consistente em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas.</p>
<p>53. É certo que, dentre outras atribuições, compete privativamente ao Presidente da República</p> <p>(A) apreciar a arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição Federal.</p> <p>(B) conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.</p> <p>(C) decidir, ordinariamente, sobre as condutas tipificadas como crime político.</p> <p>(D) julgar decisão que considera válida lei ou ato de governo local, contestada em face da Constituição.</p> <p>(E) determinar que o Procurador Geral da República proponha ação direta de inconstitucionalidade.</p>	<p>IV. A publicidade é elemento formativo do ato administrativo, ou seja, sua divulgação oficial para conhecimento público é requisito imprescindível à própria formação do ato e conseqüente produção de efeitos jurídicos.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I, II e IV.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>



56. No que concerne ao tema *sociedades de economia mista e empresas públicas*, é INCORRETO afirmar:
- (A) O pessoal das empresas públicas e das sociedades de economia mista são considerados agentes públicos, para os fins de incidência das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa.
 - (B) As sociedades de economia mista apenas têm foro na Justiça Federal quando a União intervém como assistente ou oponente ou quando a União for sucessora da referida sociedade.
 - (C) Ambas somente podem ser criadas se houver autorização por lei específica, cabendo ao Poder Executivo as providências complementares para sua instituição.
 - (D) No capital de empresa pública, não se admite a participação de pessoa jurídica de direito privado, ainda que integre a Administração Indireta.
 - (E) As empresas públicas podem adotar qualquer forma societária, inclusive a forma de sociedade "unipessoal".
-
57. No que diz respeito ao *controle da Administração*, é CORRETO afirmar:
- (A) Controle administrativo é o poder de fiscalização e correção que a Administração Pública exerce sobre sua própria atuação, assim ocorrendo apenas mediante provocação do administrado.
 - (B) O controle legislativo é exercido, no âmbito estadual, pela Assembléia Legislativa, vedada a instituição de Comissão Parlamentar de Inquérito.
 - (C) O mandado de injunção tem recebido nova interpretação constitucional, não se limitando à declaração da existência da mora legislativa para a edição da norma regulamentadora, admitindo-se ao Judiciário assegurar, concretamente, o exercício do direito individualizado pela falta da norma.
 - (D) A Constituição atribuiu à CPI poderes de investigação, como convocar e obrigar testemunhas a comparecerem para depor e ordenar a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, esta última (quebra do sigilo telefônico) sujeita à prévia autorização judicial.
 - (E) É cabível mandado de segurança contra atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedades de economia mista e de concessionárias de serviço público.
-
58. Em razão de doença, Alberto, funcionário público federal efetivo, ficou com a sua capacidade física reduzida para o exercício do cargo de que era titular, o que foi constatado por inspeção médica. Em razão disso, precisou ser investido em novo cargo, compatível com a sua condição física, o que ocorreu, segundo a Lei nº 8.112/1990, pela forma de provimento denominada
- (A) readaptação.
 - (B) transferência.
 - (C) reversão.
 - (D) reintegração.
 - (E) recondução.
-
59. Conforme expressamente previsto na Lei nº 9.784/1999, que estabelece normas sobre o processo administrativo, os seus preceitos aplicam-se
- (A) apenas aos órgãos da Administração Pública Federal direta.
 - (B) à Administração Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União e dos Estados.
 - (C) apenas aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União e dos Estados.
 - (D) aos órgãos do Poder Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa e jurisdicional.
 - (E) à Administração Pública Federal e aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa.
-
60. Em face da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), é correto afirmar:
- (A) O ressarcimento integral do dano será dispensado se a lesão ao patrimônio público ocorrer por ação ou omissão culposa do agente ou de terceiro.
 - (B) Considera-se agente público, para os seus efeitos, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente, porém sob remuneração, cargo, emprego ou função, em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios ou de Território.
 - (C) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente está sujeito às cominações desta Lei, até o limite do valor da herança.
 - (D) Caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Poder Judiciário para a indisponibilidade dos bens do indiciado quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito.
 - (E) No caso de enriquecimento ilícito, o agente público ou terceiro beneficiário não perderá os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio, estando sujeito somente às sanções penais.

**DISCURSIVA – REDAÇÃO**

1. Conforme Edital nº 01/2010 de Abertura de inscrições, Cap. IX, item 6h, será atribuída nota ZERO à Prova de Redação que não observar os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas.

2. Leia com atenção o texto seguinte:

Muita gente vê como opção compulsória a decisão entre “julgar com a cabeça” e “julgar com o coração”. Nesses termos, razão e sentimento tornam-se incompatíveis. O homem deveria reconhecer e homenagear sua complexidade, jamais admitindo essa drástica separação, pela qual tanto o sentimento como a razão saem diminuídos.

3. Levando em conta o que afirma esse texto, redija uma dissertação em que você se posicionará, de modo claro e coerente, diante do seguinte tema:

Quem julga sem equilibrar lucidez e sensibilidade não alcança a justiça.

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30